

A CASA EM BORBA NO SÉCULO XVIII: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO¹

Raquel Seixas

Introdução

Borba é uma antiga vila alentejana, elevada a cidade no ano de 2009, localizada no sul de Portugal e que registou algumas alterações no seu tecido urbano no decorrer da centúria de Setecentos, motivadas quer pela prosperidade económica de alguns dos seus moradores, quer pela proliferação do movimento iluminista no seio das elites locais.

Após o término dos maus anos agrícolas e dos conflitos militares com Espanha (Guerra Fantástica, 1762), assistiu-se, por todo o país, a um importante crescimento económico e demográfico, acompanhado pelo alargamento da superfície cultivada e pela recomposição do padrão de cultivo, orientado para as necessidades do mercado. Neste quadro, a vinha foi a cultura que mais se difundiu, registando-se, nos finais de Setecentos, uma duplicação na produção comparativamente ao início da centúria, sendo o Douro responsável por apenas 13% desse crescimento².

É neste contexto que Borba assiste a um importante florescimento económico, alavancado na produção vinícola, principal motor de riqueza e de fixação da população, conjuntura que legou à casa um papel preponderante, seja na definição de uma tipologia específica, identificada como habitação do viticultor, seja na tradução da afirmação social e do poderio económico das elites locais, espelhada nas suas casas nobres.

Esta tipologia específica de casa orientada para a produção do vinho e a construção ou remodelação das casas nobres, foram articuladas com a intervenção urbanística num dos quarteirões da vila (1775-1803), fomentada e realizada pela pequena elite intelectual de Borba, com expressão tanto nas estruturas de poder (vereadores municipais), como nas económicas (proprietários agrícolas).

¹ Agradeço ao meu orientador científico, o Professor Doutor Nuno Senos, a partilha de conhecimentos e o interesse e empenho demonstrado ao longo da minha investigação.

² COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch (2014): *História económica de Portugal 1143-2010*. 3ª ed. Lisboa, Esfera dos Livros [1ª ed. 2011], pp. 219-236. De facto, a vinha foi a cultura que mais beneficiou com as novas condições de mercado, em especial com o aumento da procura inglesa e do mercado ultramarino. Acresce a este dado, a sua grande adaptabilidade a diversos tipos de solos, dos mais aos menos férteis. Cf. SERRÃO, José Vicente (2005): "A agricultura", *História económica de Portugal 1700-2000 - o século XVIII*, vol. 1. LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), Lisboa, ICS-UL.

Pretendemos demonstrar, ao longo deste artigo, a estreita relação entre arquitetura, economia e sociedade, cimentada no desenvolvimento e fixação de uma tipologia habitacional, cujos preceitos funcionais intentaram – acima de tudo – dar resposta às necessidades quotidianas dos seus moradores, e à qual se associaram paulatinamente novas gramáticas decorativas e novas conceções urbanísticas.

No que concerne a esta problemática, impõe-se o reconhecimento de três trabalhos fundamentais para o nosso estudo, a saber: o inventário artístico do distrito de Évora, da autoria de Túlio Espanca e publicado em 1978; a monografia dedicada a Borba de João Miguel Simões e dada à estampa no ano de 2007; e o levantamento urbanístico desenvolvido pelos técnicos do Gabinete Técnico Local de Borba, entre os anos de 2000-2002³.

O inventário realizado por Espanca teve o mérito de elencar as principais casas da vila e localizá-las à luz da toponímia antiga, em confronto com a atual, além disso, revelou alguns dos nomes que trabalharam na região, desde engenheiros até alvanéis e canteiros. João Miguel Simões complementou este trabalho e procedeu a um levantamento exaustivo de fontes, sobretudo ao nível do património religioso, mas não exclusivamente. Trabalho realizado em parceria com os técnicos do Gabinete Técnico Local de Borba e cujos resultados foram de grande valia para a nossa investigação.

Economia e sociedade na vila de Borba do século XVIII

O crescimento urbano, demográfico e económico da vila de Borba durante o século XVIII foi profundamente marcado pela produção de vinho. Atente-se, a este propósito, nas palavras de Fr. Ambrósio de Sequeira, por ocasião da resposta ao inquérito realizado a todas as paróquias do reino (hoje conhecido por *Memórias Paroquiais*), no ano de 1758:

“Abunda o terreno em azeite, legumes, e pouco trigo, por causa dos muitos arvoredos, e estreiteza dele. O seu principal, e mais importante fruto são os generosos vinhos, os mais deliciosos, e de melhor reputação da Província, de que ordinariamente recolhem os moradores mais de 110, e 120 almudes em todos os anos. É, porém, tal a opinião em que tem este seu género, que sempre nesta Vila se vende mais caro, do que nas outras, aonde o há”⁴.

³ ESPANCA, Túlio (1978): *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, vol. IX. SIMÕES, João Miguel (2007): *Borba – Património da Vila Branca*. Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Borba. Agradecemos aos técnicos da Câmara Municipal de Borba a partilha do levantamento arquitetónico efetuado no âmbito do estudo urbano desencadeado pelo Gabinete Técnico Local.

⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais, Memória Paroquial da freguesia de Borba*, comarca de Vila Viçosa, vol. 7, nº 38, fls. 989-1000. Disponível e transcrito em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/38-borba/48-borba-borba> [consultado a 28-06-2018].

Com efeito, esta notoriedade e consolidação no mercado vinícola já haveria motivado, dois anos antes, o esforço dos moradores de Estremoz em proibir a entrada dos vinhos de Borba na sua vila. Em resposta, os vereadores da câmara de Borba lavraram uma procuração ao doutor Bernardo Nunes Nogar, a 9 de julho de 1756, para este se opor na corte aos intentos dos moradores de Estremoz⁵. Dez anos mais tarde, na sequência da medida de José Sebastião Carvalho e Melo (1699-1782) que determinou o arranque de vinhas para, em seu lugar, se produzir trigo, a população e os principais produtores de vinho da vila voltaram a reunir-se e a pedir ao monarca para reconsiderar esta decisão, uma vez que o vinho de Borba era exportado para “*mais de vinte e tantas terras circunvizinhas*”⁶. Esta controversa medida foi abolida em 1777 pela rainha D. Maria I (1777-1816).

Naturalmente que a economia alavancada na produção vinícola teve um impacto estruturante nas tipologias de casas erigidas na vila, com manifesto predomínio da habitação do viticultor, assinalada na planta a azul claro.

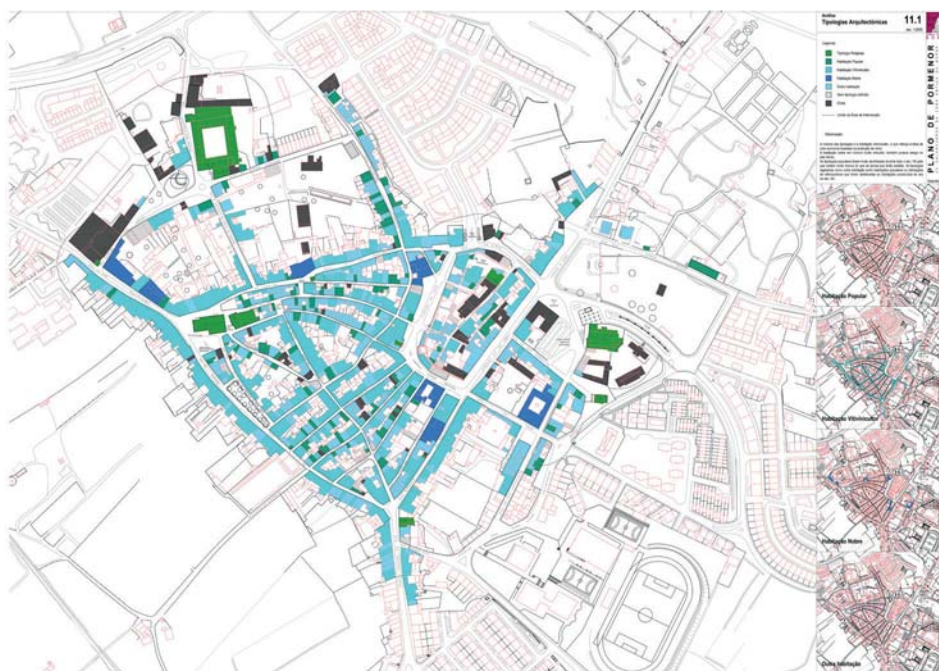


Fig. 1 – Borba, Tipologias arquitetónicas da vila. Câmara Municipal de Borba, Gabinete Técnico Local [CMB, GTL].

⁵ ADEVN, *Cartório Notarial de Borba, Procuração bastante que fazem os vereadores e procurador da comarca e misteres desta vila e mais pessoas dela ao Doutor Bernardo Nunes Nogar, morador da cidade de Lisboa*, Lv. 166, fls. 47-48. Citado em SIMÕES, João Miguel (2007), *ibid.*, p. 22.

⁶ ACMBRB, *Livro de Vereações de 1752 a 1766*, Vereação de 12 de março de 1766, fls. 287-288. Citado em SIMÕES, João Miguel (2007), *ibid.*, p. 22.

Este fulgor económico foi acompanhado por diversas iniciativas culturais, desde logo anunciadas pela fundação do Colégio de Nossa Senhora da Soledade em 1703, cujo promotor foi o Padre João Gomes Pinto (1612-1703), chantre da Santa Sé de Coimbra e natural de Borba. No seu testamento, doa as casas onde viveu (na Rua de Estremoz) e dinheiro para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Soledade e respetivo colégio⁷. Entre as diversas obrigações definidas pelo padre fundador encontra-se a *“de terem efetivamente no tal convento a Cadeira de Moral e súmulas do mês, aonde ensinarão a todos os que quisessem aprender graciosamente assim desta Vila como de fora dela”*⁸. Anos mais tarde, em 1735, Manuel Martins Silveiro dá uma pensão ao Colégio da Soledade com a obrigação de *“terem uma cadeira e classe pública em que se ensina gramática e latim na dita vila de Borba sem levarem mais dinheiro aos discípulos que ensinarem porque é minha vontade utilizar a minha Pátria com este bem público e aumento das letras”*⁹. Este ambiente cultural teve reflexos na vila, concretamente no seio das elites locais, como podemos observar na pintura de um teto de uma das casas de Borba, alusiva à teoria heliocêntrica.

Além do crescimento económico e do fortalecimento cultural, a vila de Borba, parte integrante do património da Casa de Bragança e próxima de Vila Viçosa, recebeu a visita da família real pelo menos em quatro ocasiões. Uma em 1759 no reinado de D. José I (1750-1777) e as restantes três no reinado de D. Maria I (1777-1816), a primeira logo no início da sua governação, em 1777, e as outras duas em 1785¹⁰. Na sequência destas estadas reais, procederam-se a obras de melhoramento nas estradas de acesso à localidade e também nas casas e demais edifícios da vila. Um dos resultados mais evidentes destas visitas foi o destacamento, a pedido da rainha D. Maria I, do arquiteto e engenheiro-militar Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791) a Borba, em 1785, depois da passagem da Rainha pela vila. A sua ida a Borba teve o intuito de identificar as intervenções necessárias no Real Convento das Servas (1604- 1644) e coincidiu com as alterações urbanas empreendidas na vila.

⁷ Não obstante a data da fundação remontar ao ano de 1703, tanto o colégio como a Igreja só foram habitados em 1709, após terem sido *“postas habitáveis as casas, que haviam de servir de Hospício no dia treze de junho de 1709 de Santo António de Lisboa [...] nesse dia se abriu publicamente a Igreja decentemente composta, benzeu-se e celebrou nela a primeira missa o Padre Doutor”*, BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Lv. 3, fl. 28.

⁸ ANTT, *Ordem dos Eremitas de São Paulo, Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, Mç. 12, fl. 2v.

⁹ BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Lv. 1, fl. 538.

¹⁰ As quatro visitas reais foram documentadas pelas religiosas do Convento das Servas da Vila de Borba. Cf. BPE, *Convento das Servas de Borba*, Lv 11, fls. 1-4.

O vinho e a casa: definição de uma tipologia habitacional

Através do levantamento arquitetónico de Borba é-nos possível concluir que a esmagadora maioria de casas data do século XVIII. Exemplo disso mesmo é a casa sita na Rua Mestre Diogo de Borba (antiga Rua dos Romeiros, fig. 2). Trata-se, precisamente, de uma casa cuja tipologia obedece às necessidades funcionais dos produtores de vinho da vila. É uma construção de dois pisos: o térreo direcionado para a produção agrícola e o 1º piso destinado à habitação. A fachada principal é rasgada por duas portas, uma com acesso direto à área reservada à produção de vinho (lagar e adega) e outra com acesso a uma divisão que permitia simultaneamente a ligação ao piso habitacional (por meio de uma escada interior) e a ligação (através de um corredor) aos compartimentos destinados aos animais, arrecadação de alfaias e logradouro. Note-se que este corredor demarcava as três áreas da casa: armazéns, produção de vinho e habitação.

No 1º piso encontram-se, na parte dianteira, três salas voltadas para a rua e, na parte traseira, dois quartos e uma cozinha com ligação ao quintal e ao logradouro. O acesso ao quintal faz-se pela cozinha através de uma escada exterior.

Trata-se de uma tipologia e disposição funcional identificadas amplamente na documentação da época. Atente-se no aforamento feito pelo padre Vicente Cortes Paim ao padre José António da Silveira, em 1785, em que afora: “*uma morada de casas nobres sitas na Rua da Fontinha desta vila que são e constam de cinco altas com duas janelas para a rua e varanda para o quintal das mesmas casas com seu poço meeiro e por baixo constam de sótão, loja e adega e mais duas casas*”¹¹. Uma outra descrição, referente a um aforamento feito pelas religiosas do Convento das Servas, identifica



Fig. 2 – Borba, Casa do viticultor, século XVIII. CMB, GTL.

¹¹ ADE, *Cartório Notarial de Borba, Escritura de aforamento de umas casas nobres que faz o Reverendo Vicente Cortes Paim ao Reverendo Padre José António da Silveira. Distribuída em 13 de janeiro de 1787*, Lv. 186, fl. 161-162v.

com rigor o corredor que dá serventia ao logradouro e aos armazéns agrícolas e o quintal traseiro, cujo acesso se fazia pela cozinha do 1º piso e diz o seguinte: “*afora uma morada de casas que estão nesta vila em a Rua das Covas, altas e baixas que são cinco por baixo e um corredor e três por cima com seu quintal*”¹². Ainda hoje, muitas das casas do centro histórico de Borba obedecem a esta tipologia.

Em rigor, o piso térreo em muitas destas casas não era exclusivamente destinado à produção de vinho. Nele encontrava-se tanto o lagar de uva como de azeite, sem esquecer os armazéns de apoio às demais atividades agrícolas. Uma outra característica destas casas são as talhas e tarefas dispostas nas adegas, recipientes onde se procedia à fermentação do mosto ou ao armazenamento do azeite, dispostos sobre um patamar elevado¹³. A documentação é, uma vez mais, bastante elucidativa a este respeito, ao referir que os irmãos da misericórdia aforam:

*“uma morada de casas sitas na Rua de São Francisco desta vila que por todas são sete por cima e quatro por baixo e uma adega de levar vinho com doze talhas capazes de servir e mais outra adega com cinco tarefas de levar azeite que com as ditas duas adegas fazem seis casas por baixo e sete por cima e seu quintal”*¹⁴.

Convém salientar que a típica casa, aqui identificada por habitação do viticultor, surge na vila ainda no século XVII. De resto, algumas destas casas testemunham a evolução de uma tipologia desenhada entre os séculos XVII e XVIII, com dimensões iniciais bastante reduzidas e ampliadas com o decorrer do tempo, adaptando o espaço e a organização funcional às necessidades concretas dos seus proprietários (fig. 3). A ampliação foi, sobretudo, feita através da aquisição de casas anexas e conti-

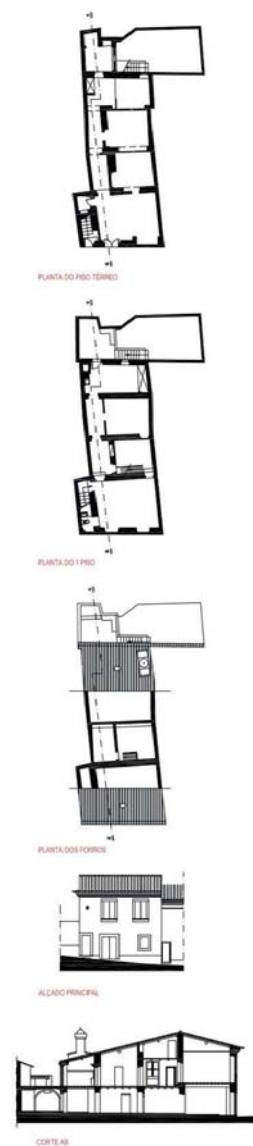


Fig. 3 – Borba, Casa do viticultor, século XVII. CMB, GTL.

¹² BPE, *Convento das Servas de Borba*, Lv. 26 [sem paginação].

¹³ AA.VV. (2001): *O vinho e o património: reflexos de uma cultura secular*. Borba, Câmara Municipal de Borba, p. 27.

¹⁴ ADE, *Cartório Notarial de Borba, Aforamento de uma morada de casas que fazem os Irmãos da Misericórdia desta vila em fathosim a José Gonçalves Linhares*. Distribuída em 3 de Fevereiro de 1781, Lv. 184, fls. 40v-42v.

guas, como atesta a documentação coeva, nomeadamente os contratos notariais de aforamento e de compra e venda.

As casas mais antigas concentravam quase todas as suas dependências e serventias ao nível do piso térreo e relegavam para o 1º piso o quarto ou a cozinha e o característico quintal interior. Veja-se o aforamento de umas casas realizado no ano de 1643, onde Francisco de Carvalho da Silva afora a Domingos Vaz *“uma morada de casas nesta vila na Rua da Corredoura que são duas câmaras e uma casa traseira e um curral e uma adega sem talhas e uma estrebaria e uma casinha por cima e um quintal”*¹⁵, ou então, o aforamento de uma *“morada de casas térreas na Rua das Covas desta vila com quatro casas por baixo e uma câmara por cima com seu quintalinho”*¹⁶, realizado por Manuel Fernandes Manhoso a Manuel Rodrigues, em outubro de 1698.

O cotejo entre o edificado do núcleo urbano de Borba e as fontes históricas das centúrias de Seiscentos e Setecentos permite concluir que houve uma evolução ao nível da tipologia da casa. Às dimensões modestas e à mescla de serventias características das construções mais antigas, foi-se impondo um maior decoro na separação dos préstimos, fazendo corresponder a cada piso um serviço distinto, o térreo de uso agrícola e o superior de uso doméstico. Acresce a este dado, a multiplicação de compartimentos e, por conseguinte, o aumento significativo da área da casa. Esta realidade fez eclodir o corredor de ligação ao logradouro e aos currais, facilitando a circulação de animais e alfaias agrícolas.

Contudo, e apesar desta evolução firmada – essencialmente – no século XVIII, em resposta ao crescimento da produção vinícola, mantiveram-se certas características tradicionais: caso do quintal interior com acesso a partir de uma escada exterior ligada à cozinha. O terreno ligeiramente inclinado da vila determinou esta tipologia de quintal, bastante característica de Borba. O quintal desempenhava, e desempenha, um papel importante no quotidiano das famílias, enquanto espaço de apoio à vida doméstica. Aí procedia-se ao cultivo de árvores de fruto e outras culturas de consumo doméstico e encontrava-se a casa do forno do pão.

A Casa Nobre e o tecido urbano

Na Rua da Aramanha, uma das principais desta vila, encontra-se uma das mais importantes casas nobres de Borba: a casa da família dos fidalgos Sousa Carvalho e Melo. A casa foi propriedade de Inácio de Melo e Sousa e

¹⁵ ADE, *Cartório Notarial de Borba, Aforamento de umas casas que afora Francisco de Carvalho da Silva e sua mulher a Domingos Vaz Alvanéu e a sua mulher Isabel Ravinha*, Lv. 17, fls. 32-33v.

¹⁶ ADE, *Cartório Notarial de Borba, Aforamento de umas casas que afora Manuel Fernandes Manhoso e sua mulher a Manuel Rodrigues e sua mulher*, Lv. 50, fls. 91v-93v.

após morte deste, em 1738, passou para a posse da sua mulher e dos seus filhos¹⁷. A documentação confirma que nela residiam D. Mariana Clara Freire de Vasconcelos Corte Real, sua esposa, natural de Vila Viçosa, e quatro dos seus oito filhos, entre eles, o vereador municipal Damião de Sousa Carvalho e Melo¹⁸.

O edifício ocupa diversos lotes e adapta-se, por isso, ao desenho da rua de traça medieval (fig. 4). A organização e distribuição do espaço interno promove a separação entre o andar baixo e o andar alto, hierarquizando-os. Deste modo, no piso térreo dispõem-se as áreas destinadas ao armazenamento de produtos agrícolas e de serviço de apoio à casa e no andar superior as áreas destinadas à habitação. Esta tipologia, identificada por casa nobre, distingue-se da habitação do viticultor, não só pela escala e pelo programa distributivo interno, mas também pelo tratamento perpendicular à rua, delineando uma frente urbana de grande dimensão.

A frontaria é animada por uma série sequencial de janelas (oito no total), as do piso superior de sacada e as do piso inferior de peito, dicotomia que enfatiza e confere proeminência ao andar nobre, com um desenho mais elaborado dos vãos. A entrada principal é demarcada por uma porta encimada por varanda e janelão com frontão de mármore recortado e guarnecido com

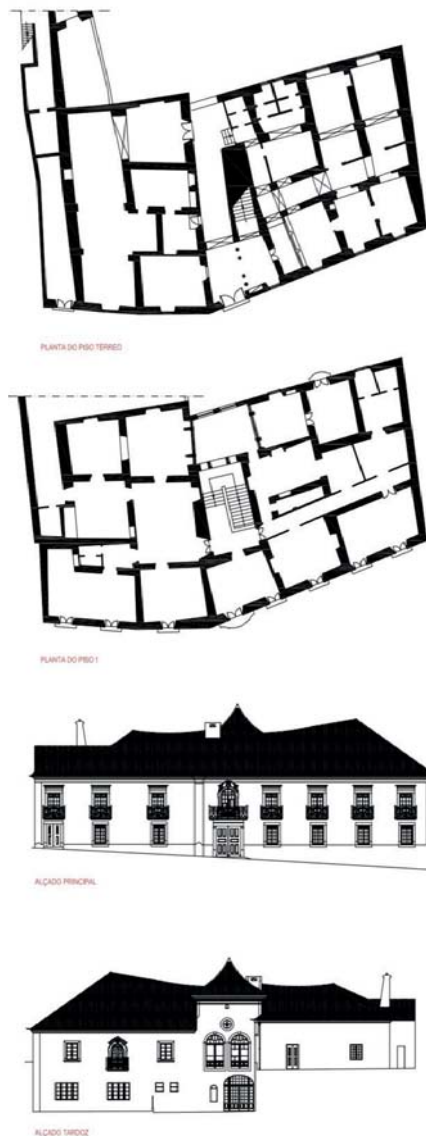


Fig. 4 – Borba, Casa Nobre dos Melo. CMB, GTL.

¹⁷ ADE, *Administração do Concelho de Borba, Auto de contas do testamento de Inácio de Melo e Sousa*, doc. 42, ex. 108.

¹⁸ ADE, *Cartório Notarial de Vila Viçosa, Dote que fez Dona Luísa Freire a Inácio de Melo para casar com sua prima Dona Mariana*, Lv. 178, fls. 156-156v. Damião de Sousa Carvalho e Melo tomou o foro de fidalgo cavaleiro a 6 de maio de 1752. ANTT, *Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José I*, Lv. 4, fl. 345.

formas barrocas (fig. 5). Esta entrada dá acesso a um átrio demarcado por dois arcos de mármore, o esquerdo com ligação ao corredor em abóbada de canhão e com acesso ao pátio e o direito com ligação ao andar nobre. O piso térreo é composto por uma série de divisões, demarcadas por arco de volta perfeita e teto em abóbada de aresta, destinadas à conservação do cereal e outros produtos, e ainda, às áreas de serviço e de apoio à habitação.

O acesso ao andar nobre, isto é, ao núcleo doméstico, faz-se por uma escadaria composta por dois lanços simétricos de mármore e ornada com motivos barrocos (fig. 6).

Em frente às escadas encontra-se uma galeria de mármore delineada por estreitas colunas, cujo rasgo possibilita a visibilidade a partir do interior da casa, conferindo fluidez, iluminação e enobrecimento ao núcleo da entrada nobre (fig. 7). Neste piso, cinco salas estão voltadas para a rua principal e todas são decoradas por pintura nos tetos.

Na parte traseira dispõe-se, de um lado, a cozinha com chaminé de fumeiro revestida a azulejos dos princípios do século XVIII e outros compartimentos de serviço e, do outro, separados destes, os quartos e o oratório. Em termos de organização funcional, neste piso procede-se à separação entre as zonas de serviço (cozinha e restantes dependências) e as zonas de maior intimidade ou prestígio (quartos, salas e oratório). Esta disposição interna é assinalada logo no patamar da entrada, no topo da escadaria nobre, que conduz a três portas



Fig. 5 – Borba, Janelão de mármore da Casa Nobre dos Melo, séc. XVIII. @Raquel Seixas.



Fig. 6 – Borba, Escadas de mármore da Casa Nobre dos Melo, séc. XVIII. @Raquel Seixas.

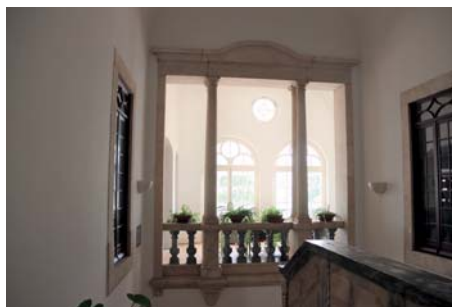


Fig. 7 – Borba, Galeria de mármore da Casa Nobre dos Melo. @Raquel Seixas.



Fig. 8 – Borba, Janelão de mármore da Casa Nobre dos Melo, séc. XVIII. @CMB, GTL.

baixo é extensível à noção de frente/ traseira, circunscrevendo-se as zonas de serviço às áreas mais recolhidas da casa e as salas e compartimentos de maior prestígio à fachada principal, voltada para a rua¹⁹. Contudo, como vimos, na casa dos Melo, optou-se também por enobrecer a fachada traseira, distinguindo, através do conjunto janela-varandim, um dos quartos de um dos membros da família.

A casa nobre dos Melo remonta a uma construção mais antiga que sofreu obras de remodelação e modernização nas últimas décadas do século XVIII, concretamente no vinténio de 70 e 80, altura em que se introduziram o janelão-varandim na fachada principal e as escadas de mármore no interior. Muito seguramente estas obras de cantaria foram executadas por canteiros com oficina em Borba. Se tivermos como referência o janelão do coro da Igreja de São Bartolomeu, cuja obra foi arrematada a 29 de setembro de 1776, aos mestres Francisco Velez, José Gomes

emolduradas a mármore: a fronteira com acesso às salas, a direita com acesso à cozinha e a esquerda com acesso aos quartos e ao oratório. A composição da fachada traseira assinala a nobreza de um dos quartos dos proprietários, com o recurso, ao centro, de uma janela com frontão recortado e varandim (fig. 8).

Atente-se que a dicotomia e hierarquização alto/



Fig. 9 – Borba, Janelão de mármore da Igreja de São Bartolomeu, 1776. @Raquel Seixas.

¹⁹ Cf. CARITA, Hélder (2016): “Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII”, *Anais do II Colóquio Internacional – Casa Senhorial: anatomia de interiores*. Rio de Janeiro, FCRB, pp. 12-36.

Cordeiro e Caetano José da Silveira, prontamente aceitamos esta atribuição (figs. 5 e 9)²⁰.

Um outro edifício característico e expressivo da vila de Borba é a casa nobre dos fidalgos Morgado Cardoso que, tal como a dos Melo, repete o mesmo modelo de organização interna próprio da casa nobre: piso térreo direcionado aos serviços de apoio à casa e piso superior direcionado à habitação (fig. 10).

A família dos Morgado Cardoso instalou-se neste local em 1725; data em que aparece a primeira referência à família e suas propriedades. Natural de Lisboa e morador na vila de Fronteira, Luís Gonçalves Moniz Castelo Branco veio para Borba no ano de 1724 por ocasião do seu matrimónio com D. Josefa Maria Silva Carvalho²¹. Após o casamento, instalou-se na Rua de São Francisco, local onde hoje se encontra a casa nobre



Fig. 10 – Borba, Casa Nobre dos Morgado Cardoso, século XVIII. @Raquel Seixas.

dos Morgado Cardoso, construída, em parte, por um dos seus filhos: Carlos Cardoso Moniz Castelo Branco (1726-1798), natural de Borba, fidalgo da Casa Real e Familiar do Santo Ofício, que passou a gerir o património da Casa após morte do pai, em 1743²². Durante os anos de 1772 até 1786 a casa foi alvo de diversas obras de remodelação.

Duas das suas fachadas desenvolvem-se paralelamente à rua, conferindo-lhe frentes urbanas de grandes dimensões, impondo a massa arquitetónica na malha urbana. A fachada principal é constituída por três tramos delimitados, cada um deles, por pilastras. A planta é composta por dois corpos autónomos: o principal de formato retangular e um conjunto de construções dispostas em U. Destes corpos, o núcleo mais antigo da casa localiza-se nas traseiras e desenha a forma de um U, cuja construção é anterior às grandes obras de transformação. Estes dois núcleos estão centrados por pátio interior, com o qual, de resto, comunicam (fig. 11). As casas dispostas em U são reser-

²⁰ Por sua vez, o janelão da Igreja de São Bartolomeu repete o mesmo modelo do janelão da Igreja da Misericórdia, esculpido anos antes, em 1771, por Francisco Miguel. Sobre este assunto ver: SIMÕES, João Miguel (2007): *Ibid*, p. 90, 133 e 219.

²¹ ADE, *Paróquia de São Bartolomeu, Livro de Casamentos*, Lv. 8, fl. 42v.

²² ANTT, *Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I* (2ª série), Lv. 4, fl. 24. ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações*, Carlos, Diligência de Habilitação de Carlos Cardoso Moniz Castelo Branco, Mç. 3 Doc. 37.

vadas aos serviços de apoio à casa, com espaços destinados às cavalariças e aos estábulos, este último sinalizado pela longa manjedoura, e ao armazenamento de vinho e azeite. Estas casas apresentam uma estrutura simples, de apenas um piso, e são autónomas em relação ao corpo principal.



Fig. 11 – Borba, Pátio interior da Casa Nobre dos Morgado Cardoso, século XVIII. @Raquel Seixas.

O corpo retangular, o núcleo mais nobre da casa, hoje de três pisos, mas inicialmente apenas de dois, obedece à característica organização funcional da casa nobre: piso térreo voltado para o armazenamento doméstico e piso superior voltado para a habitação²³. No piso térreo dispõe-se os antigos armazéns, local onde se conservava o cereal e outros produtos, e no superior o andar habitacional.

Uma vez mais, procede-se à hierarquização do andar alto, isto é, nobre, face ao andar baixo. A composição da fachada principal alterna, no andar nobre, vãos de janelas de frontões decorados, os centrais mais ornamentais que os laterais e, no andar térreo, janelas com vãos recurvos e ornamentação mais contida. No piso térreo algumas das janelas são falsas e cumprem, por isso, uma função meramente decorativa, são um mecanismo para dotar a fachada de ritmo, simetria e equilíbrio. Este sistema decorativo foi repetido, em parte, nas fachadas transversais²⁴.

²³ Curioso constatar que as pilastras da fachada têm todas uma pedra de tom cinzento a demarcar o lugar da antiga empena do 1º piso, assinalando a alteração sucedida após o acrescento do 2º piso.

²⁴ Note-se que no século XIX acrescentou-se a varanda interior de madeira e os dois corpos adossados às fachadas laterais e da mesma altura do 1º piso. Mais tarde, procedeu-se ao acrescento do 2º piso.

A porta principal da Casa dos Morgado Cardoso localiza-se numa das extremidades da fachada, e não ao centro, devido à forte inclinação do terreno (figs. 10 e 12). Nela aplica-se uma decoração cuja gramática se situa entre o barroco e o neoclássico, com um discurso estético mediado entre Francesco Borromini (1599-1667) e Jacques-Françoise Blondel (1705-1774).

A entrada dá acesso a um pátio ou vestíbulo, com abóbadas de nervuras e enquadrado por três arcos de mármore, o central com acesso ao andar nobre e os laterais com acesso ao pátio interior e às áreas de apoio à casa²⁵. A entrada para o 1º piso faz-se por uma elegante escada de mármore, cuja estrutura se filia nas «escadas imperiais» ou «escadas reais» (fig. 13). Estas escadas articulam-se axialmente com o vestíbulo da entrada, conferindo-lhe a função de núcleo gerador e ordenador de todo o programa arquitetónico. Em termos estruturais são caracterizadas por um vasto espaço em duplo pé-direito, marcado por um lanço central que se desdobra em dois lances laterais simétricos e de sentido oposto, que culminam, ao nível do piso nobre, num amplo patim²⁶.

Na Casa dos Morgado Cardoso, o portal e as escadas, devido ao declive acentuado do terreno, foram colocados numa das extremidades da fachada, retirando-lhes o lugar central e a simetria interna. Regra geral, estes dois núcleos são paralelos e articulam-se axialmente com o programa arquitetónico e distributivo interno. De resto, enquanto núcleo gerador, as escadas, em planta, ocupam o lugar central do programa arquitetónico e separam as duas alas laterais e simétricas, dando coerência e equilíbrio ao esquema distributivo.



Fig. 12 – Borba, Portal da Casa Nobre dos Morgado Cardoso, século XVIII. @Raquel Seixas.

²⁵ Atente-se, que o arco direito hoje está fechado por uma porta e delimitado por um degrau, mas originalmente estava aberto como o esquerdo.

²⁶ Cf. CARITA, Helder (2017): “O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares”, *Anais do V Colóquio Internacional – A casa senhorial: anatomia dos interiores*. Pelotas, CLAEAC, pp. 122-132. SILVA, João Pedro (2015): *Tipologia e evolução de escadarias palacianas nos séculos XVII e XVIII. Caso de estudo: Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Relativamente à disposição do andar nobre, de um lado situam-se as áreas de serviço e do outro as áreas privadas e sociais.

A análise dos Livros das Décimas de Borba confirma que tanto a casa dos Morgado Cardoso como a casa dos Melo, sofreram obras de remodelação entre os anos de 1772 e 1786. É curioso constatar que nesses anos ambos os proprietários exerciam cargos na vereação municipal que desenvolvia então um projeto de âmbito mais alargado e ambicioso e que teve como principal objetivo a reurbanização da vila de Borba, dotando-a de uma feição mais moderna. Atente-se que as obras de transformação e modernização não se circunscreveram apenas a estas duas casas, pelo contrário, foram extensíveis a muitas das casas edificadas no centro histórico da vila, sobretudo ao nível da decoração dos vãos das fachadas, enobrecidas com molduras de mármore. Também os edifícios religiosos foram alvo de melhoramentos e empenhadas artísticas.

No que concerne à evolução urbana da vila de Borba, como podemos avaliar pela planta, o seu perímetro urbano fixou-se no século XV e pouco se alterou até ao século XVIII (fig. 14). Na verdade, a malha apertada e assimétrica de feição medieval, somente recebeu um novo fôlego nas três últimas décadas do século XVIII, momento em que se realizaram uma série de intervenções urbanísticas que definiram um novo núcleo urbano, localizado na parte oriental da vila, na zona onde se construíram os novos Paços do Concelho (1789-1803) e a Fonte das Bicas (1781-1785), ambas da autoria do engenheiro-militar José Álvares Barros²⁷.

Neste novo projeto urbanístico, a casa dos Morgado Cardoso desempenha um papel estruturante, ao assumir a função de edifício-orientador da malha urbana. Implantado estrategicamente na esquina de um dos quarteirões intervencionados no núcleo oriental, demarcando, deste modo, o moderno traçado ortogonal. Trata-se de um edifício orientador e modelador da malha



Fig. 13 – Borba, Escadas de mármore da Casa Nobre dos Morgado Cardoso, séc. XVIII. @Raquel Seixas.

²⁷ ESPANCA, Túlio: *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, vol. IX. Lisboa, ANBA, 1978, p. 101.

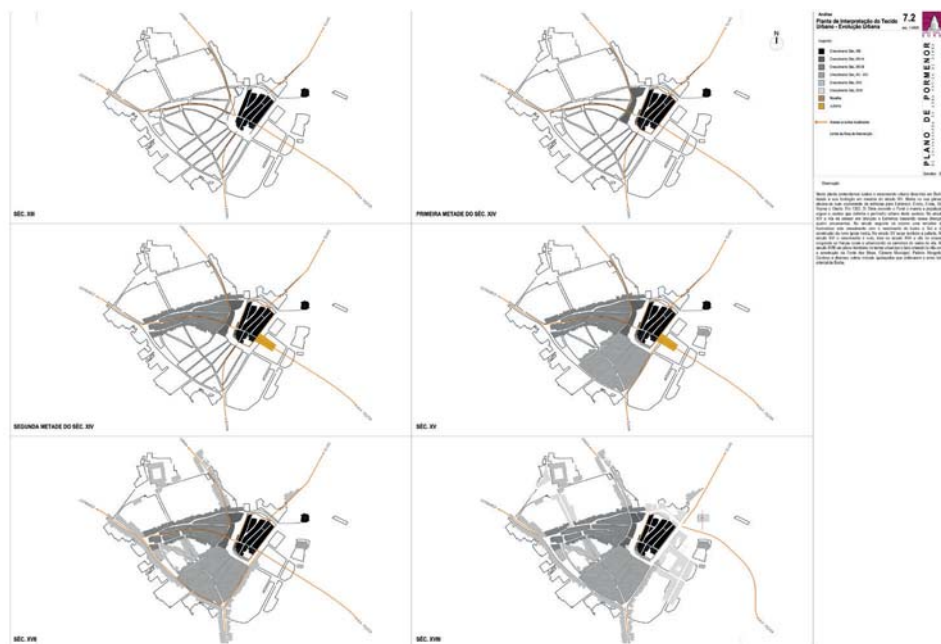


Fig. 14 – Borba, Evolução do tecido urbano da vila. CMB, GTL.

urbana, cujas características arquitetónicas afirmam a sua monumentalidade na nova artéria designada por Rua da Cruz, para a qual está voltada a fachada principal²⁸.

A seguir à construção da Fonte das Bicas, integralmente em mármore, iniciou-se a edificação das «casas da câmara», sob a intendência do visconde e couteiro-mor D. Caetano de Noronha, por orientação da própria D. Maria I²⁹. A Rainha, mediante real resolução de 1784, deu parecer positivo à construção das novas «casas da câmara» e mais oficinas públicas. Cinco anos mais tarde, a 16 de outubro de 1789, após nova consulta à Junta do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança, a rainha D. Maria I determinou que:

“como aquele povo se considerava na mais vigente necessidade da dita obra das Casas da Câmara, e muito principalmente das Oficinas Públicas, como cadeia segura que não havia, açougues e depósito público para o trigo, me pediam em nome do mesmo Povo lhe permitisse a faculdade de poderem principiar a dita obra [...] Hei por bem fazer mercê aos ditos oficiais da Câmara da Vila de Borba para que possam dar princípio à obra [...] seguindo-se em tudo a planta que me enviaste [D. Caetano de Noronha]”³⁰.

²⁸ SIMÕES, João Miguel (2007): *Ibid*, pp. 37-41.

²⁹ ADE, *Fundo da Câmara Municipal de Borba, Registo de Alvarás e Provisões, Ordem de Sua Majestade expedida pela Junta e Soberaníssimo Estado de Bragança ao excelentíssimo visconde Couteiro Mor para ser intendente das obras das Casas da Câmara*, Lv. 6, fls. 2-3v.

³⁰ *Ibid*, fls. 2v-3.

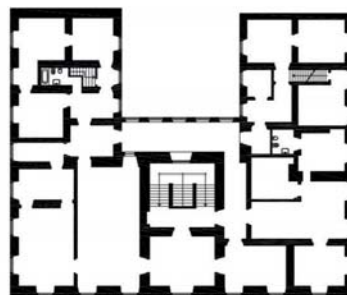
Assim, em 1789, dá-se início à obra seguindo-se o projeto de arquitetura, previamente aprovado, da autoria do sargento-mor e engenheiro-militar José Álvares de Barros, prolongando-se as obras até 1803. O edifício é definido por planta em U, tipologia recorrente desde o século XVII e que permite dignificar e conferir à fachada um ar apalaçado, afirmando-se na paisagem e no novo núcleo urbano (fig. 15). A fachada distribui simetricamente as portas e janelas e demarca a entrada principal, localizada ao centro e de maiores dimensões. Nos vértices dos alinhamentos porta-janela, ao nível do telhado, dispõem-se três trapeiras, a do meio maior que as laterais, acentuando o eixo central. No piso térreo localizam-se, entre outros, a antiga prisão e o pátio interior, delimitado pelos braços do U. No superior encontram-se as diversas salas administrativas, decoradas, algumas delas, por pintura mural.

O acesso ao 1º piso faz-se por uma imponente escada de mármore que repete o mesmo modelo da Casa dos Morgado Cardoso – a «escada imperial» (fig. 16). Se a obra de arquitetura foi da autoria do engenheiro militar José Álvares de Barros, a obra de cantaria do corrimão de mármore foi arrematada e executada pelo canteiro borbense Angélico Velez, em maio de 1796 e colocada em fevereiro de 1797³¹.

A proximidade entre as escadas dos Paços do Concelho e as escadas da Casa Nobre dos Morgado Cardoso legitima a hipótese de terem sido projetadas pelo mesmo autor, o engenheiro-militar José Álvares Barros. Refira-se que o projeto das novas «Casas da Câmara» foi pensado entre 1784 e 1789, justamente nos anos em que decorriam as obras na Casa dos Morgado Cardoso. Também durante esses anos, precisamente em 1785, Borba recebeu



PLANTA DO PISO TERREO



PLANTA DO 1º ANDAR



FACHADA PRINCIPAL

Fig. 15 – Borba, Paços do Concelho, 1789-1803. CMB, GTL.

³¹ AHCMBRB, *Livro de Actas de 1780 a 1797*, Vereação de 18 de maio de 1796, fl. 185v e *Livro de Actas de 1797 a 1817*, Vereação de 24 de fevereiro de 1797, fl. 1v. Sobre este assunto ver: SIMÕES, João Miguel (2007), *ibid.*, pp. 214-223.

a visita de Reinaldo Manuel dos Santos, que desempenhava então o cargo de «arquiteto de todas as obras públicas»³². Foi nesta capacidade que se deslocou ao Alentejo para avaliar as intervenções necessárias no Paço do Bispo em Elvas, no Real Palácio de Vila Viçosa e no Convento das Servas da vila de Borba³³. Teve, seguramente, oportunidade de examinar e dar o seu contributo noutras obras da Província, entre elas, as novas «casas da câmara» da vila de Borba e, quiçá, a Casa Nobre dos Morgado Cardoso.

Na verdade, o núcleo urbano oriental e os Paços do Concelho da vila de Borba espelham a influência do projeto urbanístico da Baixa de Lisboa, sobretudo ao nível da arquitetura ordenada, simétrica e despojada, que se situa entre o formalismo barroco e a estética contida da arquitetura pombalina, próxima do discurso neoclássico.



Fig. 16 – Borba, Escadas de mármore do Paços do Concelho, séc. XVIII. @Raquel Seixas.

Notas finais

A crescente e lucrativa aposta na produção de vinho marcou indelevelmente a vila de Borba, com reflexos ao nível económico, social e cultural. O fabrico do vinho e toda a atividade daí inerente originou uma nova tipologia de casa, em resposta às necessidades quotidianas dos produtores e moradores

³² Reinaldo Manuel dos Santos, formado na «Aula do Risco», fez o seu aprendizado prático nas obras do Real Palácio e Convento de Mafra (com Ludovice) e na edificação da Baixa Pombalina de Lisboa (sob a direção de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel). De resto, estas obras moldaram sobremaneira o seu trabalho, que promove a síntese entre o barroco de Mafra e o funcionalismo e rigor da estética pombalina. Cite-se, a este propósito, o seu projeto urbanístico para a nova Vila Real de Santo António (1773-76), no Algarve.

³³ AHU, *Conselho Ultramarino, Propostas que se põem na Real presença da Rainha Nossa Senhora, sobre as reais obras do seu Palácio de Vila Viçosa e cidade d'Elvas, para a mesma senhora determinar a visita delas o que fez do seu real agrado*, 27 de maio de 1785, Códice 1208. Citado em CASTELO BRANCO, Fernando: “Subsídios para a história de três edifícios alentejanos: o Paço Episcopal de Elvas, a Câmara Municipal de Elvas e o Convento das Servas de Borba”, *Belas-Artes: Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, 2ª série, nº 31, 1977, pp. 77-82.

da vila. Neste sentido, desenvolvem-se casas que reservam para o piso térreo o núcleo da produção e para o piso superior o núcleo doméstico, evolução e segmentação espacial que adotou o corredor de serviço e circulação para animais e alfaías agrícolas e manteve o tradicional quintal interior, importante área de apoio à vida doméstica, com ligação à cozinha.

Um outro resultado deste desenvolvimento económico foi o incremento cultural e a introdução das ideias iluministas no seio das elites locais, mormente na elite da governança que estimulou e promoveu obras de intervenção urbana na vila, conotando-o por uma configuração moderna, influenciada pelos novos projetos urbanísticos de Lisboa, Porto e Vila Real de Santo António. À luz deste projeto reconstruíram-se novas casas nobres, cuja implantação lhes confere a função de verdadeiros edifícios-guia do novo tecido urbano, de feição apalaçada e localizadas nas esquinas dos quarteirões, delimitando o novo traçado ortogonal.

Este projeto urbanístico foi fomentado pelos vereadores municipais e traçado por engenheiros militares, técnicos que introduziram em Borba a casa apalaçada setecentista, as escadas imperiais, a simetria e o rigor dos novos arruamentos, sem esquecer, a estética e os valores da arquitetura pombalina, com veios de neoclássico.

Novidades assimiladas pelos pedreiros, alvanéus e canteiros locais e visíveis nas molduras das portas e janelas dos diversos edifícios, nas escadas de mármore e nas casas construídas nos finais do século XVIII e inícios do XIX. Soma-se a esta realidade o facto de estarmos perante uma localidade rica em mármore, um dos principais centros extratores e produtores do Alentejo. Material amplamente utilizado nas fachadas dos diversos edifícios da vila, apalaçados e enobrecidos com este material nobre, conferindo unidade e harmonia à fâcies urbana da vila. Uniformidade extensível à cércea urbana, alinhada, regra geral, à mesma altura.

Raquel Seixas - Doutoranda em História da Arte na FCSH-NOVA desde 2016 com bolsa financiada pela FCT (SFRH/1089873/2015). Em 2014 concluiu o mestrado em História da Arte na mesma faculdade com a dissertação: O Santuário de Nossa Senhora de Aires: arquitectura e devoção (1743-1792). Licenciou-se em História da Arte na FLUL no ano de 2009. Integra o grupo de investigação Medieval and Early Modern Art Studies do IHA-FCSH/NOVA. Coordena o projecto de musealização e gestão patrimonial e turística do Santuário de Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo, com candidatura aprovada pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Tem participado em congressos nacionais e internacionais e publicado artigos científicos dedicados à história da arquitectura do Alentejo.